

A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA: O GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (1979-2017)¹

Mary Francisca Coluna Lucas²

RESUMO

Este artigo visa trazer uma análise e discussão acerca da política externa em Angola, entre 1979 a 2017, tendo como foco a segurança militar no governo liderado por José Eduardo dos Santos. Levando em consideração que existe um interesse investigativo, no campo das Relações Internacionais e Ciências Políticas, cujo objetivo está relacionado com a trajetória da política externa do país, por intermédio de uma abordagem reflexiva sobre os efeitos contemporâneos dessas políticas internas e externas, aplicadas pelo antigo presidente angolano. Assim sendo, mediante uma contextualização sobre o que significa política externa, em conjunto com uma discussão teórica sobre o sistema político estabelecido por José Eduardo dos Santos na época, pretende-se compreender também, como se deu essa influência diplomática no campo da segurança militar em Angola. Trata-se, portanto, de um trabalho de cunho científico sustentado por um levantamento bibliográfico e teorias das relações internacionais, que trouxe à luz do debate, uma problemática em torno do sistema político angolano e a sua consequente política externa na área militar.

Palavras-chave: Angola - Política e governo - 1979-2017. Angola - Política internacional. Angola - Relações exteriores. Relações internacionais.

ABSTRACT

This article aims to bring an analysis and discussion about foreign policy in Angola, from 1979 to 2017, focusing on military security in the government led by José Eduardo dos Santos. Taking into account that there is an investigative interest, in the field of International Relations and Political Sciences, whose objective is related to the trajectory of the country's foreign policy, through a reflective approach on the contemporary effects of these internal and external policies, applied by the former Angolan president. Therefore, through a contextualization of what foreign policy means, together with a theoretical discussion about the political system established by José Eduardo dos Santos at the time, it is also intended to understand how this diplomatic influence took place in the field of military security in Angola. It is, therefore, a scientific work supported by a bibliographical survey and theories of international relations, which brought to light the debate, a problem surrounding the Angolan political system and its consequent foreign policy in the military area.

Keywords: Angola - Foreign relations. Angola - International politics. Angola - Politics and government - 1979-2017. International relations.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pelo Instituto de Humanidades e Letras dos Malês - IHLM, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos fazer uma análise sobre a política externa angolana, no período compreendido entre 1979 e o ano de 2017, evidenciando determinados aspectos sobre o sistema político e governamental do anterior presidente angolano José Eduardo dos Santos, assim como nos debruçaremos também, especificamente, sobre a questão da política internacional no campo da segurança militar. Desta forma, o interesse e o foco da pesquisa, com base nas teorias das relações internacionais, levantamentos e análises de dados, se baseiam em um entendimento acerca da trajetória e a condução da política externa do país, sem perder de vista uma abordagem reflexiva sobre os efeitos dessas políticas do antigo presidente angolano na contemporaneidade.

Com base nisso, a pergunta de partida que vai direcionar o trabalho é: como funcionam, e que tipo de relações foram estabelecidas entre a segurança militar e a política externa angolana, no campo diplomático, durante a governação de José Eduardo dos Santos? Na qual, a partir desta pergunta, procuraremos dar conta de uma reflexão sobre as fontes encontradas, assim como, pretende-se dar visibilidade para a relevância desse tema e a possibilidade de ampliar, teoricamente, o campo de debates sobre o assunto.

Nesse caso, tanto no campo geográfico como no campo geopolítico, Angola é uma nação que está situada na África ocidental³, e as suas fronteiras, em termos de território são: ao norte, com o Congo (Brazzaville); ao leste pela República Democrática do Congo e a Zâmbia e ao sul com a República da Namíbia. O país possui 18 províncias, que são: Luanda, Benguela, Uíge, Cuando-Cubango, Huíla, Cabinda, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Lunda Sul, Lunda Norte, Huambo, Zaire, Cunene, Bié, Malanje, Moxico, Bengo e Namibe (JOSÉ, 2008, p. 174).

Historicamente, o ano de 1979 é conhecido como um período importante de vários acontecimentos no contexto angolano, tratando-se por si só de uma fase pautada por inúmeros momentos de transformações e tensões políticas. Porém, apesar dos conflitos políticos, como foi o caso da guerra civil no território angolano⁴, que decorreram, em um curto espaço de tempo

³ Angola possui uma linha costeira através do Oceano Atlântico, a Oeste, com 1.650 km de extensão, que permite uma dinâmica econômica e geoestratégica fluída com o mundo, tendo em conta a vitalidade de seus portos e de sua costa em geral. Quanto à sua fronteira terrestre, esta se estende por cerca de 4.837 Km, incluindo a província de Cabinda. (JOVITA, p.18, 2017).

⁴ A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado em Angola, que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos, até 2002. A guerra começou imediatamente após Angola se tornar independente do domínio de Portugal, em Novembro de 1975. Antes disso, um conflito de descolonização (1974/75) e a Guerra de Independência de Angola (1961-1974), tinha ocorrido. A guerra civil angolana foi essencialmente uma luta pelo poder entre dois antigos movimentos de libertação, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Ao mesmo tempo, a guerra serviu como uma guerra por procuração durante a Guerra Fria e o forte envolvimento internacional, direta e indiretamente e por forças opostas, como a União Soviética, Cuba, África do Sul e Estados Unidos, foi uma característica importante do conflito (AGOSTINHO, p. 32, 2011).

e a independência do país em relação aos portugueses como um evento anterior em 1975, existem vários aspectos que nos levam a refletir sobre as relações externas e internacionais estabelecidas pelo Estado angolano naquela época, nas quais, nos permite, como é o caso da segurança militar, fazer análises da atualidade governativa desse país africano.

Quanto à sua organização econômica, acredita-se que até os anos 1970, sua base caracterizava-se, predominantemente, na agropecuária com ênfase nos cultivos de: café, cana-de-açúcar, sal, milho, gado bovino, suíno e caprino, entre outros. O fim da Guerra Civil tem vindo a reativar fatores relevantes de sua base agrícola, outrora abandonada por razões da instabilidade interna, o que por sua vez, fez com que houvesse uma aposta profunda pelo programa de desminagem em âmbito nacional. Desta forma, esse processo de desminagem tem conferido novas dinâmicas ao setor agrícola angolano que conhece as novas técnicas mecanizadas (JOVITA, 2017, p. 20 e 21).

Esse dado, relacionado com o setor agrícola angolano, quando combinado às novas descobertas de grandes reservas de petróleo em quase toda região costeira angolana, tem colocado o país dentre os principais grandes produtores de petróleo tanto ao nível regional africano como mundial, ou seja, a produção petrolífera tem conferido, um alto valor agregado na economia angolana e tem um papel preponderante no aprofundamento de sua diplomacia quer seja econômica, ou securitária (JOVITA, 2017, p. 20 e 21).

Após alguns anos de conquista do poder soberano com a declaração da independência nacional em 11 de Novembro de 1975, o presidente Agostinho Neto, que foi o primeiro presidente de Angola e o líder do processo de libertação do país do jugo colonial, acabou por falecer, sendo substituído pelo José Eduardo dos Santos. Desta forma, desde que assumiu o poder, e conforme diversas análises realizadas em relação à governação do antigo presidente angolano, foram percebidos muitos momentos de tensões e conflitos internos pelo poder político do país entre todos os movimentos de libertação nacionais ou partidos políticos, desde o FNLA (Frente Nacional de libertação de Angola, passando pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola).

Assim sendo, no decorrer deste artigo, na primeira parte, objetivamos estabelecer uma relação e contextualização da política externa angolana com a figura pública de José Eduardo dos Santos, enquanto um antigo chefe de Estado, de modo a refletirmos sobre o panorama diplomático e das Relações Internacionais, efetivados pelo regime democrático angolano naquele período (1979-2017).

Na segunda parte, procuraremos fazer uma abordagem analítica sobre o sistema político angolano na época, o presidencialismo, através da combinação de reflexões sobre as ações e

discursos realizados, politicamente, pelo antigo presidente da república. Por último, na terceira parte, especificaremos o debate sobre a política externa, no que concerne a segurança militar e as ajudas internacionais que Angola recebeu com a ideia de fortalecer a sua construção enquanto Estado soberano. Lembrando que, todos esses pontos a serem debatidos no artigo, têm como foco responder e entender como funciona as relações entre a segurança militar e a política externa angolana.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO ANGOLANO (1979-2017)

Para o começo desse debate, precisamos levar em conta que, o estudo da política externa está inserido no objeto comum de inúmeros componentes científicos tanto das Ciências Sociais, como especificamente da Ciência Política, História e também da área que nos cabe estudar nesse artigo, que são as Relações Internacionais.

Desta maneira, entendemos que também há uma necessidade de definição do conceito de Política Externa em relação às diversas abordagens metodológicas, estendidas, obviamente, para o campo das análises baseadas em princípios epistemológicos e relacionados com a Análise de Política Externa (APE). Sem perder de vista que, em termos conceituais, Política externa é uma sistematização de cenários, objetivos e ideias políticas, nos quais, um determinado Estado ou país preconiza e ambiciona atingir, em termos de relações diplomáticas com os outros países do mundo.

De acordo com Silva (2017), dada a discussão em voga, busca-se também identificar os principais *insights* recentes sobre a possibilidade de conexão entre política externa de unidades, com os elementos de sistemas regionais no continente africano e os demais continentes. Além disso, avalia-se, preliminarmente, os limites desses estudos para a compreensão de uma agência sistêmica entre esses países. Sem esquecer que,

A disciplina de Relações Internacionais (RI) tem experimentado no pós-Guerra Fria uma expansão geral no campo de investigação, tanto em termos de abordagens quanto em escopo geográfico. No primeiro caso, pode-se referir às renovadas abordagens epistemológicas e teóricas envolvidas nos recentes debates da área. No segundo caso, o aprofundamento do processo de globalização (acompanhado pela regionalização) e, mais tarde, a emergência de novas potências regionais e globais ampliaram o interesse geral na periferia e semiperiferia do sistema mundial, o chamado Sul global (em termos econômicos e políticos). Subáreas das RI foram não menos afetadas por esses desenvolvimentos. Dois exemplos delas são o novo regionalismo (NR) e a análise de política externa (APE). (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 31).

Assim sendo, ao estabelecermos uma definição sobre o conceito de política externa, de acordo com Bembe apoiado pela obra "*Elementos de análise de política externa*" de Santos (2016, p. 26), existe uma consideração que a política externa enquanto categoria de pensamento, corresponde a um conjunto de processos, decisões e ações desenvolvidas pelos Estados, desempenhadas por órgãos próprios através da utilização de recursos e de instrumentos específicos.

Ou seja, de forma resumida trata-se de um conjunto de linhas de ação política, que são desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um Estado, e que têm como objetivo a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objetivos definidos por um programa de governo ou estado. Isto porque, em termos históricos, em Angola,

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados estava aliada à segurança de cada bloco. Terminado aquele período, os Estados africanos de partido único, entre os quais Angola, foram confrontados com a democratização e a liberalização da economia dos seus países, com a despartidarização e a reorganização do órgão responsável pela condução da atividade diplomática. (...) Após o conflito bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos, as discussões teóricas limitaram-se à avaliação do sucesso ou do fracasso do fim da bipolaridade e da forma como ocorreu. O fim do conflito gerou uma onda de otimismo, de acordo com as previsões liberais. (...) Alguns meses após a queda do Muro de Berlim, em março de 1990, o presidente angolano concedeu uma entrevista ao New York Times, em que defendeu o ajustamento da diplomacia e da política externa angolana. Na mesma entrevista, apoiou a maior inserção de Angola no contexto africano e, em especial, na região da África Austral. Destacou também os contactos com os sul-africanos, assim como a abertura de missões diplomáticas em países com os quais Angola ainda não mantinha relações diplomáticas (JESUS ALVES, 2013, p. 193).

Ainda segundo Bembe apud Santos (2016, p. 27) a permanência do ator Estado verifica-se, tanto no plano analítico politológico, partindo do próprio Estado através da interação relacional interno/externo/interno, como no plano analítico regional, internacional, ou global, partindo do sistema/ambiente através da dinâmica interativa externo/interno/externo. Ao mesmo tempo, as características da intervenção processual do Estado, em termos de grau variável e de formas de agenciamento, evidenciam a alternância da centralidade do objeto em análise, variando entre o próprio ator Estado e o sistema/ambiente relacional em que se situa.

Vale a pena lembrar que, o estudo sustentado sobre a temática da Política Externa Angolana, nos sugere e promove o propósito de se fazer uma análise histórica cuja atuação em termos analíticos, com o objetivo de se identificar as dinâmicas e as tendências da sua transformação ao longo do tempo, abrangeria inúmeros períodos históricos angolanos fundamentais para percebermos tais mudanças. Por isso que é importante termos em consideração, na perspectiva de Gomes (2009, p.13), que é bem conhecido o facto do Estado

pós-colonial angolano ter nascido do caos e da violência de uma guerra civil que, desde o início, foi contemporânea da luta pela independência. Num contexto de um conflito civil atroz e da vigência de um sistema de partido único de inspiração marxista-leninista, Angola viveu um longo período de repressão, autoritarismo e violência, cujos efeitos foram sendo magnificados pelo desenvolvimento de formas de governação corruptas e excludentes⁵.

Ao passo que, de acordo com Jovita (2017, p. 29) existem vários autores que argumentam que, a diversidade conturbada desses contextos e transformações, combinaria o aprendizado de que Angola traçou suas bases e diretrizes de sua política externa durante e no pós-guerra Fria, que inicialmente se destacou pela defesa e segurança em consequência das Guerras Fria e Civil e, mais tarde, associam-se outras agendas: doméstica, pautada pelo desenvolvimento nacional, bilateralismo, regionalismo (protagonismo regional na Comunidade para Desenvolvimento da África Austral - SADC e na Comunidade Econômica dos Estados da África Central - CEEAC) e no multilateralismo que o país se destaca pelo aumento da sua presença em fóruns multilaterais tais como: na União Africana, CPLP, Opep, Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos - CIRGL) e de temas como defesa, paz e segurança tanto do ponto de vista doméstico como aos processos da integração intrarregional africano impulsionados pela globalização marcada pelo fim das Guerras Fria (1989) e civil angolana (2002).

Ainda para Jovita (2017, p. 38) com poucas exceções nos países africanos, tal como se observou e se observa ao longo desse processo da construção de identidade em política externa

⁵ Em 1996, é criada a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), uma instituição com o nome e o patronato do Presidente da República (José Eduardo dos Santos). Organização que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e pretender consolidar, como estas, os objetivos de progresso social, cultural e científico em Angola (Pain, 2008). (...). A FESA colabora com o "Estado" e os ministérios ou as administrações locais intervêm em complemento da "ação do governo". Além disso, a FESA apoia também uma série de outras organizações da sociedade civil. Algumas surgem na semana da Fundação. Apóia ainda a Associação de Apoio às Mulheres Rurais, na qual a primeira dama é igualmente presidente. Ela co-financia, com diversos Ministérios, esta organização econômica e apadrinha, ainda em associação com vários Ministérios, aquela fundação de proteção à natureza. Ainda financia ou co-financia e apoia, ocasionalmente, um certo número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (engenheiros, advogados, etc). (Messiant apud Pain, 2008).

Durante o processo de paz de Lusaka havia maior liberdade de expressão. Só em 1999 ocorreram mais de 30 incidentes de perseguição e detenção de jornalistas locais e estrangeiros pelo governo, que quer, mais uma vez, impor uma censura rígida. Os julgamentos do jornalista independente Gustavo Costa iniciou esta semana ao passo que o do Rafael Marques foi suspenso ontem. Marques foi encarcerado por 40 dias antes de ser solto por caução e acusado formalmente um dia antes da sua libertação provisória. Os civis, no interior de Angola, continuam a sofrer um abuso massivo e enfrentam uma aguda fome que tem estado a causar muitas mortes. A Human Right Watch apela ao governo angolano e aos rebeldes da Unita a permitir corredores humanitários neutros para que a assistência chegue aos civis, que se encontram no interior. Os civis, no interior de Angola, continuam a sofrer um abuso massivo e enfrentam uma aguda fome que tem estado a causar muitas mortes. (Relatório da Human Rights Watch, 1999).

angolana, nota-se que o país buscou e se tem destacado, proativamente, embora na forma equidistante no que diz respeito às suas relações intrarregionais, ou seja, apesar de Angola buscar influência na região africana, este apresenta uma identidade menos regional, ao mesmo tempo em que este buscou se revolucionar sob perspectiva africana, mantendo pouca afinidade com a região.

Ao contrário do que é evidenciado no seguinte trecho de um dos discursos do José Eduardo dos Santos sobre o Estado de Nação em 15 de Outubro de 2013,

Angola pretende desempenhar um papel primordial no combate e prevenção de todos os fenómenos negativos e criminosos e aposta por isso no reforço da segurança marítima do Golfo da Guiné. O nosso país continuará a ser um membro activo da União Africana, da SADC⁶, da CEAC⁷ e da CPLP⁸ e apresentou a sua candidatura a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015/2016.

No plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo. Com muitos deles tem uma cooperação económica crescente e com benefícios recíprocos.

O nosso país tornou-se um destino turístico e de investimento estrangeiro porque o seu prestígio e a confiança dos seus parceiros está a crescer. (Trecho do discurso divulgado no dia 16 de Outubro pelo site da VOA português)

Assim sendo, esse trabalho será pautado por análises conjunturais, que nos permite compreender os elementos estruturais importantes como os avanços e recuos no processo político angolano. Porque no nosso entendimento, todo e qualquer governo que pretenda formular e executar uma política externa própria, tem a necessidade de definir perguntas como as seguintes: o quê, como, onde, quando e porque o país pretende, levando em consideração o cenário internacional. Dado que tais questões, com base nas respostas obtidas, fazem com que os representantes políticos e diplomáticos, possam identificar meios para elaboração e execução da política externa de um Estado, por meio desses modelos, onde as suas ações são qualificadas e quantificadas.

Desta forma, parafraseando Amorim Neto (2011, p. 17), o objetivo desse trabalho, também é entender que lugar que a política nacional de Angola ocupa na determinação da política externa, refletindo sobre esse aspecto em particular e os seus impactos. Isto porque, ainda segundo Amorim Neto (2011, p. 18), há exemplos de como a política interna influencia

⁶ Comunidade de desenvolvimento da África austral.

⁷ Comunidade económica dos Estados da África central.

⁸ Comunidade dos países de língua portuguesa.

a política externa, assim como existem as chamadas táticas diversionárias, com base num nexo interno-externo que são marcantes em análises de políticas externas.

Entretanto, não existe um consenso quanto à aceitação de fatores políticos domésticos como determinantes fundamentais da política externa. Da mesma forma como,

O balanceamento pode ser externo ou interno. O primeiro implica a combinação das capacidades de dois ou mais Estados, enquanto o segundo significa a mobilização dos recursos internos de um Estado de modo a capacitá-lo a resistir aos Estados mais fortes (...). Em um sistema bipolar, o balanceamento tende a ser interno, enquanto, num sistema multipolar, os Estados podem fazer o balanceamento de maneira mais econômica procurando outras potências como aliadas (...). Sob um sistema unipolar, o balanceamento externo tende a ser mais difícil ainda do que sob a bipolaridade (AMORIM NETO, 2011, p. 19).

Dado que, tanto a política doméstica como as relações internacionais estão num processo de entrelaçamento teórico e prático, em que "ainda não desvendaram esse quebra-cabeça", pois, "é infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o inverso". Embora, a resposta mais evidente para essa pergunta seja: "Algumas vezes uma influencia a outra" (PUTNAM, 2010, p. 147).

Assim sendo,

(...) ajustado ao contexto angolano, podemos afirmar que a Política Externa Angolana, corresponde ao conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que o Governo de Angola adota e aplica às entidades fora da sua jurisdição política, para assegurar a defesa e materialização dos interesses nacionais. Como a observação empírica demonstrou, logo, após a proclamação da independência em 1975, o Governo angolano procurou que as capacidades nacionais que garantiam a sua legitimação internacional estivessem nas suas zonas de influência direta (BEMBE, 2016, p. 36).

Em complemento com o que foi dito acima, Putnam (2010, p. 151) mostra que, por intermédio de uma "alegoria do tabuleiro de jogos", também é possível que cada líder político nacional esteja presente em ambos os tabuleiros. Do outro lado do tabuleiro internacional sentam as contrapartes estrangeiras, ao lado das quais sentam diplomatas e outros assessores internacionais. Em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos chave de interesses e os assessores políticos do próprio líder.

Ainda de acordo com Putnam (2010, o. 151 e 152), é importante realçar que, a incomum complexidade desse jogo de dois níveis torna-se evidente quando as ações que são racionais para um jogador em determinado tabuleiro, como por exemplo, aumentar os preços da energia, conceder território ou limitar a importação de carros, podem ser imprudentes para esse mesmo

jogador em outro tabuleiro. Entretanto, vale também reforçar que, existem poderosos incentivos para que haja coerência entre esses dois jogos. Em resumo, tanto os jogadores como os observadores tolerarão algumas diferenças retóricas entre os dois jogos, mas no final ou os preços da energia aumentam ou não.

Desta forma, precisamos ter a consciência que, no campo das relações políticas existem vários interesses políticos, sociais e econômicos, entre os quais, podem haver acordos ou divergências, ganhos e perdas. Dado que, cada país, normalmente, procura maneiras de se preservar e defender os seus próprios interesses, ou seja, formas de conseguir obter vantagens com o máximo possível de benefícios. Obviamente, nessas negociações, por exemplo, ligadas à política externa, há uma lógica sustentada pelo poder de barganha. Putnam explica que,

É conveniente dividirmos analiticamente o processo em dois estágios:

1. a barganha entre os negociadores que leva a um acordo provisório – chamemos este estágio de nível I;
2. as discussões em separado entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar ou não o acordo – chamemos este estágio de nível II (2010, p. 153).

Ou seja, essa divisão sequencial em uma fase de negociação e uma fase de ratificação é útil para a explicação, embora não seja acurada em termos descritivos. Na prática, os efeitos das expectativas serão bastante importantes. É bem provável que haja consultas prévias e barganhas no nível II com o objetivo de elaborar uma posição inicial para o nível I. Contrariamente, a necessidade de ratificação do nível II certamente afeta as barganhas do nível I. Na verdade, as expectativas de rejeição no nível II podem abortar as negociações no nível I sem nenhuma ação formal no nível II (PUTNAM, 2010, p. 153).

Uma vez dentro dos aspectos internos da política do Estado angolano, para Bembe (2016, p. 36), no que concerne a definição do interesse nacional, o princípio de inclusividade aconselha que o interesse deve poder ser imputado a toda a Nação ou pelo menos a grande parte dela, de modo a superar os interesses de grupo. Esta posição não remete para qualquer conexão com a realidade conhecida pelo investigador, porque essa ligação pura e simplesmente não existe. Tem um interesse prático no plano político, mas a sua defesa no plano teórico não remete para um neutralismo. Já o princípio de exclusividade sugere que a definição do interesse nacional não leva em conta os interesses de outras coletividades políticas exteriores ao país, pois só lhe presta atenção na medida em que podem vir a ter efeito nos interesses domésticos.

Assim sendo, parte-se de uma predefinição do interesse nacional, com destaque para questões de segurança, para cuja salvaguarda é indispensável um adequado poder militar. Finalmente, o princípio de relevância externa considera que os interesses que compõem o

interesse nacional devem ser afetados significativamente pela conjuntura internacional e, conseqüentemente, pela direção da política externa do Estado. Trata-se de uma posição designada por enumerativa, preocupada em enumerar um núcleo básico de interesses fundamentais, se fixando um número limitado de fins para os quais exista grande consenso e o problema dos limites ou a definição *momentum* de perigosidade para a nação (segurança nacional em termos de segurança física, a integridade da ordem normativa, a prosperidade económica, propriedade, liberdade, prestígio, engrandecimento nacional). Assim sendo, quando a ameaça é modesta não envolve o interesse nacional (BEMBE *apud* BESSA, 2016, p. 36 e 37).

Ainda segundo Bembe (2016, p. 37), os princípios que sempre nortearam a Política Externa Angolana e as bases da sua projeção não fogem à linha doutrinária e a prática político-diplomática. Ao contrário de muitos Estados africanos para os quais o «universo exterior dos negócios estrangeiros», acaba por se resumir ao conjunto formado pelo antigo colonizador, os congêneres continentais e os seus vizinhos, Angola desde sua independência política de Portugal em 1975, sempre entreteve relações intensas com vários grupos de Estados.

Desta maneira, é possível pensar que existem diversos interesses capazes de estabelecer conexões entre os diferentes tipos de Estados, levando em consideração as influências políticas dos membros da comunidade internacional, que tornam o conceito de política externa como algo inevitável e importante, pois é através de contactos internacionais, que visam, por exemplo, a resolução de problemas ou a reciprocidade em termos de interesses, que impulsionam as relações de cooperação estabelecidas em mais diversos domínios como a educação, saúde, comércio, cultura, o setor económico, as finanças, emigração, desporto e alianças militares. Sendo esta última, um dos setores fundamentais que será abordado para pensarmos, conjunturalmente, a política externa angolana.

Em consequência disso, como é afirmado por Bembe (2016, p. 41), existem evidências de que "as principais potências intervenientes desempenharam sempre, em Angola, na duplicidade de registos entre a atuação no quadro da ONU e a afirmação dos seus interesses e interlocuções privilegiadas". Isto porque, tal duplicidade, talvez seja capaz de explicar o repetido insucesso que marcaram os esforços da comunidade internacional, por intermédio das Nações Unidas, em não conseguir "conduzir uma paz sustentável e duradoura e foram repletos de complexidade e controvérsia". Compreensivelmente, as potências regionais e internacionais estrangeiras que instrumentalizaram "as tensões internas existentes em Angola" sempre tiveram tendência em centralizar as suas decisões nos seus próprios interesses nacionais, e não nos dos angolanos.

No decorrer desse artigo, faz-se necessário entendermos como é que a questão da política externa angolana foi conduzida no governo de José Eduardo dos Santos, tendo em conta os inúmeros aspectos e áreas de conexão externa, pensando, obviamente, sobre o setor militar, mas sem perder de vista um panorama geral em relação às negociações governamentais com os mais diversos países e organizações internacionais, pois, não se pode perder de vista a impossibilidade de se pensar sobre a política externa angolana de forma isolada.

Isto porque a mesma faz parte de um todo, da política externa africana e mundial. Não perdendo de vista também que, segundo Catarina Gomes (2009, p. 14), os limites da abertura política e as fragilidades do modelo de desenvolvimento continuam fincados como características estruturais de um sistema de poder que permanece hegemónico. Ainda mais porque numa ótica crítica, os múltiplos obstáculos que o processo de democratização tem enfrentado, obviamente assinalados pela literatura especializada, têm-se feito sentir a um tal ponto que certos autores questionam a validade heurística do emprego da expressão ‘transição política’, preferindo, em seu detrimento, os significados veiculados pelas expressões de ‘reconversão’ ou de ‘recomposição’ do poder.

Desta maneira, não podemos perder de vista que, conforme Rocha de Carvalho e Schutz (2019, p. 76) o Atlântico Sul é compreendido como uma região de grande importância nas relações internacionais desde o período colonial. Na contemporaneidade, esta região tornou-se estrategicamente fundamental não apenas para os países que têm suas costas banhadas por esse oceano, mas para o sistema internacional como um todo.

Na medida em que, ainda segundo Rocha de Carvalho e Schutz (2019, p. 77), parte-se do pressuposto que a atuação angolana no Atlântico Sul evidencia a sua relevância no contexto africano, o que faz de Angola um importante ator no Sul global e, em especial, na África Austral, a partir das suas ações articuladas de política externa e política de defesa.

Assim sendo, numa perspectiva de estudos nas Relações Internacionais, podemos pensar que,

A perspectiva central dos Estudos Estratégicos é a que nos coloca na posição de abordagem do que podemos designar como lógica estratégica, isto é, da estratégia como um fenómeno transversal da realidade social enquanto ciência e arte desenvolvida e executada por actores sociais que buscam a aquisição e consolidação de Poder. As pessoas, grupos e instituições, estruturantes de Estados e Nações, os próprios Estados-Nação são actores sociais com raciocínio estratégico e portanto devemos investigar e analisar as suas respectivas visões, segredos, conceitos, pensamentos e planeamentos estratégicos, meios e modalidades de acção. (GRAÇA, 2013, p. 55).

Ainda segundo Graça (2013, p. 56), note-se também que os Estudos Estratégicos são uma disciplina focada no Presente e na evolução da conjuntura, sendo por isso metodologicamente muito útil. Sem perdermos de vista que, na lógica estratégica não há situação sem competição, com tendência para o conflito, pois, em tempo de paz a constante é a conflitualidade não-armada. Na verdade, este é o objeto nuclear dos Estudos Estratégicos no campo político, considerando, obviamente, a vertente econômica e cultural.

Portanto, há uma necessidade de encarar os Estudos estratégicos como um método importante para se pensar a política externa angolana. Dado que, são múltiplos interesses que perpassam a questão política em torno, nesse caso, da segurança militar. Lembrando que, para além da participação do próprio estado angolano, sem perder de vista, o protagonismo desempenhado pelo presidente José Eduardo dos Santos, existem interesses dos próprios militares e os seus responsáveis, assim como, das organizações internacionais envolvidas, na qual, o país faz parte enquanto membro. Ou seja, tudo isso faz parte do escopo estratégico crucial, que envolve a política externa em Angola e os atores sociais imbrincados na mesma.

3 O SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO NO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Em termos históricos, conforme Alberto André Francisco (2013, p. 95), a morte inesperada de Agostinho Neto⁹, aos 56 anos, em Moscovo, no dia 10 de Dezembro de 1979, fez com que o MPLA-PT e a sociedade angolana em geral, ficasse fortemente abalada. Mas o Partido teve uma reação imediata na escolha de um novo sucessor de Neto. A escolha recaiu sobre José Eduardo dos Santos como Presidente do MPLA-PT em 20 de Setembro de 1979, e com base na Lei Constitucional, no dia seguinte, José Eduardo dos Santos prestava juramento como presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Angola).

Para Francisco (2013, p. 95), Dos Santos assumia o legado de Neto, ou seja, a ele cabia dar continuidade à política de Neto em possível abertura com o Ocidente e conciliações com os

⁹ Foi o primeiro presidente de Angola e secretário-geral do Movimento Popular de Libertação do país. António Agostinho Neto nasceu em 1922, na aldeia de Kaxicane, na região de Icolo e Bengo, Angola. Estudou Medicina em Coimbra para voltar posteriormente ao seu país e ser preso em 1960, devido à sua oposição ao colonialismo português e à repressão militar. Depois dos anos de prisão em Cabo Verde e em Portugal, escapou e exilou-se em Marrocos, comandando dali o movimento anticolonialista independentista e marxista angolano MPLA (FRANCISCO, 2013, p. 93).

seus vizinhos (Zaire, Namíbia e África do Sul). Segundo José Maria N. P. Conceição, Neto devido a esses gestos, passou a ter uma maior visibilidade na sua política externa, como “conciliador” do que aquele que, como “árbitro” decisivo, defrontava os conflitos internos do “Velho” Movimento (MPLA). De certo modo, Dos Santos havia apoiado a política de Neto de abertura para o Ocidente com a consequente participação de capitais internacionais no Estado angolano.

Lembrando que, naquela época, ainda recente, da pós independência de Angola do jugo colonial português,

José Eduardo dos Santos, de 37 anos, apresentava claras vantagens na preferência de Neto nos últimos anos de vida, o primeiro presidente deixava bem claro a sua enorme simpatia dos Santos. Neto via nele a continuidade da política geral angolana e ainda a estabilidade do regime. Dos Santos era visto como uma indivíduo para “moderado” do aparelho partidário. Dos Santos havia apoiado a política de Neto de abertura para o Ocidente com a consequente participação de capitais internacionais no Estado angolano. Ele foi muito ativo na elaboração da nova política de Investimentos de estrangeiros e nas negociações com as empresas petrolíferas, sobretudo americanas (FRANCISCO, 2013, p. 96).

Nesse caso, passado alguns anos, foi com base nas revisões constitucionais de 1992, que se estabeleceu o semipresidencialismo, em que também aboliu-se, por exemplo, a pena de morte. Antes de ser aprovada estas revisões pelo Parlamento acima citado, as propostas foram discutidas e submetidas a votação, pelos partidos inscritos. Teve um reforço de legitimação por ter sido discutida com todos os partidos então registrados, dando legitimidade ao processo, com exceção da UNITA que se absteve, deste encontro, onde foi aprovado as revisões por consenso (FRANCISCO, 2013, p. 114).

Assim sendo, surge a importância de percebermos que, como é realçado por Putnam (2010, p. 151), a luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. Tanto ao nível nacional, em que "os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses", da mesma forma como "os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos". Como também, ao nível internacional, onde "os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas". Por isso que nenhum dos dois jogos podem ser ignorados pelos "tomadores de decisão", ao passo que os seus países permanecem "ao mesmo tempo interdependentes e soberanos".

Também para Putnam (2010, p. 151), cada líder político nacional está presente em ambos os tabuleiros. Do outro lado do tabuleiro internacional sentam as contrapartes

estrangeiras, ao lado das quais sentam diplomatas e outros assessores internacionais. Em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos chave de interesses e os assessores políticos do próprio líder.

Tendo em conta que, o sistema político angolano com o José Eduardo dos Santos, teoricamente tenha sido considerado como semipresidencialismo, que funciona com base na seguinte forma: por intermédio dos partidos ou coligações que apresentam seus candidatos ao Parlamento, mediante a indicação, logo a partida, de quem será o chefe de Estado e de governo em caso de vitória. Assim sendo, após as eleições o partido ou coligação que tiver a maioria dos assentos parlamentares, a partir do sufrágio popular, também possui a capacidade de liderar o governo.

Esse processo de tornar-se chefe do estado de um regime semipresidencialista, obviamente, no campo político e em termos de representação faz com que o presidente seja, muitas das vezes, um intermediário quando o assunto é política externa. Na medida em que, esta figura política tem a necessidade de estabelecer relações diplomáticas, tanto com os seus ministros e as demais instituições internas, como também, precisa manter diálogos com as instâncias externas, a exemplo das multinacionais estrangeiras e as parcerias estratégicas com outros países. De certa forma, isto nos leva a refletir que, nesse jogo de dois níveis realçado por Putnam (2010), o presidente ou líder político se encontra em uma posição de destaque, isto porque tem a capacidade de tomar decisões, mediante os interesses políticos presentes nas mais distintas realidades sociais e diplomáticas.

Logo, durante a governação de José Eduardo dos Santos, segundo Nuno de Fragoso Vidal (2016, p. 835), com a afirmação do seu poder pessoal na época, o novo presidente angolano vai de igual modo afirmar os princípios de gestão da economia política a nível interno e externo.

Isto porque, como pode ser comprovado por esse trecho do discurso feito pelo antigo presidente angolano sobre o Estado da Nação,

Estou aqui para falar-vos sobre o Estado da Nação, como determina a Constituição, e vou começar usando uma frase que todos dizem. A situação do país é estável e a paz está a consolidar-se.

Os angolanos estão a trabalhar seriamente para recuperar o tempo perdido durante a guerra, vencer as dificuldades e melhorar as condições em que vivem. Têm todos um destino comum e valores, princípios e objectivos consensuais inscritos na Constituição da República, em que se revêem, mas nem sempre definem os mesmos caminhos e têm os mesmos métodos.

No momento actual não é fácil compreender todas as soluções achadas pelo Governo neste período de transição para o Estado social e a economia de mercado. Há quem pense que o crescimento e desenvolvimento social a diferentes velocidades de vários segmentos sociais seja uma política deliberada para perpetuar a injustiça social. Não é assim.

Este é apenas um fenómeno inerente a este período de transição, em que a Nação precisa de empresários e investidores privados nacionais fortes e eficientes para impulsionar a criação de mais riqueza e emprego.

Esta situação cria, naturalmente, a estratificação da sociedade, isto é, o surgimento de várias classes sociais.

No entanto, eu tenho fé que a esperança que se renova todos os dias e a confiança na construção de um futuro melhor para todos são fortes e serão o denominador comum que continuará a cimentar a unidade necessária à consolidação da Nação angolana e à construção da nova sociedade democrática, inclusiva e próspera (VOA, 2013).

Ainda de acordo com Vidal (2016, p. 835), as políticas governamentais de José Eduardo dos Santos consistiram, em boa medida, no desenvolvimento das linhas estratégicas e pragmáticas liberais que vinham da administração de Agostinho Neto. Assim como através do relaxamento de normas socialistas, e abertura econômica e política ao Ocidente, não descurando a tradicional aliança com os parceiros do Bloco de Leste, cruciais do ponto de vista militar, assim como a circulação de individualidades políticas para o equilíbrio de poderes e acesso à distribuição de recursos e benefícios, que permitisse manter o *status* que mantem a hegemonia econômico-política e o poder pessoal do novo presidente.

Dando continuidade a essas reflexões e análises, conforme José (2011, p. 53), também é importante frisar que aos olhos da comunidade internacional, Angola até hoje, e principalmente, durante a governação de José Eduardo dos Santos, não foi encarada como um país democrático, no sentido prático desse conceito. No que tange, por exemplo, as limitações da liberdade de expressão e imprensa, de reunião pacífica e de associação, da mesma forma como as prisões irregulares de opositores ao governo e a corrupção exacerbada. Deste modo,

A formulação da política externa de Angola nasce de um encontro entre interesses econômicos, políticos e sociais de origem variada e sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar. (...) O comportamento de quem decide origina-se de sua percepção, das suas escolhas e das expectativas geradas pelo posicionamento escolhido. Desta forma, cada decisão política é condicionada pela interação de três elementos: a situação política interna do país, em que pesa a conjuntura política e econômica; a situação política externa, que envolve conhecimento do cenário internacional; e a unidade institucional decisória (JOSÉ, 2011, p. 54).

Isto porque, para Alves (2013), a Constituição de Angola, aprovada em 2010 pelos deputados eleitos nas eleições parlamentares realizadas em 5 e 6 de setembro de 2008, consagra o carácter unitário do Estado, a democracia pluralista e representativa das instituições do poder,

a organização do poder autárquico; estabelece os fundamentos da política externa do Estado e a prática internacional na ordem interna.

A Constituição de 2010, ainda segundo Alves (2013) reforçou os poderes presidenciais, cabendo-lhe: a definição da política externa; representar o Estado; assinar e ratificar os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais; nomear e exonerar os embaixadores; designar os enviados extraordinários e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros (artigo 121.º).

4 A POLÍTICA EXTERNA NA ÁREA DE SEGURANÇA MILITAR

Segundo, Jovita (2017, p. 17), existem elementos para afirmar que Angola se tem mostrado um ator de destaque nas relações internacionais, especialmente, com as nações africanas. Historicamente, o país se caracterizou por ser um país recetor de políticas externas, geralmente de natureza militar, de diversas de potências grandes e médias, tendo sido objeto em períodos diversos, de direcionamentos das políticas externas de Portugal, Brasil, Estados Unidos da América, União Soviética, Cuba, África do Sul e China. Se observado a partir de olhares diversos, identifica-se que o relacionamento de Angola com esses países - ainda que em posição menos privilegiada - acabou se confirmando de fator fundamental para o “aprendizado” do país sobre como transformar a natureza de sua atuação na política internacional, bem como a respeito da construção de suas estratégias de inserção.

Lembrando que, ainda segundo um dos excertos do discurso realizado pelo antigo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, no dia 15 de Outubro de 2013,

Dizem alguns teóricos que a economia é a base e as instituições políticas são a super-estrutura e tem de haver uma relação dialéctica entre as duas. (...). No plano internacional, a realidade dos factos tem demonstrado que o uso da força ou a ameaça de assim proceder se está a tornar numa perigosa cultura política que em nada tem contribuído para se acabar com a violência.

É necessário, portanto, que os Estados façam prova de contenção e capacidade de diálogo, tendo em vista a necessidade da manutenção da paz e da segurança internacionais.

Angola tem reafirmado na sua política externa o primado do respeito pela ordem constitucional e a resolução pacífica dos conflitos e diferendos, em especial no nosso continente, onde ainda prevalecem situações preocupantes no Mali, na República Centro Africana, no Sudão e Sudão do Sul, na Somália, em Madagáscar, na Guiné Bissau e na República Democrática do Congo.

A República de Angola vai continuar a integrar as equipas da União Africana e da SADC que observam e acompanham os processos eleitorais em África, em particular nos países da nossa sub-região, dando relevo à nova cultura do Estado Democrático de Direito e de legitimação do poder pela via eleitoral. (VOA, 2013).

Isto porque, ainda na perspectiva de Jovita (2017, p. 58) as rupturas geopolíticas observadas no novo contexto internacional desde os anos 1990 serviram de testes e aprendizados para a diplomacia angolana. Ao mesmo tempo em que novos arranjos se apresentavam enquanto janela de oportunidades para se relançar, também se configurava de cenário desafiador em si, considerando as enormes dificuldades em que o país atravessava na busca da consolidação da paz, segurança e estabilidade interna e na projeção de uma inserção internacional mais consistente e menos vulnerável, ou seja, Angola tem na sua política externa de todas as formas evitar a repetição de cenários que o impunham a limitações e vulnerabilidades durante as Guerras Fria e civil. Na medida em que,

O protagonismo político, econômico e militar construído por Angola com base nas parcerias bilaterais estratégicas, têm conferido maior margem de manobras ao país, na construção de uma ordem regional consistente no âmbito intrarregional africano (...). A inserção angolana na África subsariana se dá nos pressupostos de uma possível futura potência regional média em emergência, condição essa que o coloca enquanto oportunidade para se apresentar ao mundo de relevante ator das relações intrarregionais africanas, porém, com inúmeros desafios (JOVITA, 2017, p. 67).

De antemão, torna-se necessário levarmos em conta, conforme José da Luz e João Matias (2013, p. 84) que as forças armadas angolanas (FAA), atualmente vigoram numa república em paz interna, por isso passaram a ganhar uma relevância de cariz diferente. Isto porque, já não estão empenhadas em defender o Estado face às guerrilhas internas e insurreições externas: pois, estruturam-se agora num quadro de estabilização subsaariana entre países limítrofes e da própria sociedade angolana. Desta maneira,

As forças armadas angolanas mantêm à sua disposição cerca de cem mil militares. Conta ainda com uma força de vigilância fronteiriça que ronda os 10 mil elementos e cerca de 50 mil cidadãos com experiência herdada das antigas Brigadas de Vigilância e organização Popular de defesa e cuja desmobilização não parece estar ainda completa. (...) Contudo, segundo a nova diretiva do Comandante-em-Chefe das FAA a pretensão é a de que se constituam dois Corpos de Exército (Centro-norte e sul-leste) e os respetivos Corpos Aéreos e navais (um de cada). Poder-se-á talvez delinear uma linha direta com a evolução das forças de defesa pós-soviéticas (também na Rússia se abandonou o sistema Exército-divisão-regimento para adotar o de Corpos de Exército/Brigadas) (LUZ e MATIAS, 2013, p. 84).

Nota-se desde já até mesmo reações de agentes econômicos, políticos e intelectuais africanos contra a lógica de sua (re) internacionalização, sob o manto de uma nova partilha africana, um novo Congresso de Berlim em curso, mantendo as formas de dominação e estratificação social e concentração de poder dos Estados pós-coloniais na África (SARAIVA, 2008, p. 94).

Visto que, de acordo com Escoteguy (2011, p. 50 e 51) existe um conselho, chamado Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) que foi criado durante a Cúpula de lançamento do organismo, em Durban, mediante a adoção de um protocolo que entrou em vigor em dezembro de 2003. Tendo em conta que o CPS é composto por 15 membros, dez dos quais eleitos por mandatos de dois anos, e cinco por três anos, sendo permitida a reeleição. Além do equilíbrio regional, constam, entre os critérios para elegibilidade ao CPS, a participação em operações de manutenção da paz segurança no continente, o pagamento em dia das contribuições devidas à UA e o respeito pela "governança constitucional".

Entre os objetivos do CPS, então a promoção da paz, segurança e estabilidade na África; a prevenção de conflitos, mediante, *inter alia*, a promoção de práticas democráticas, boa governança e o império da lei, direitos humanos e liberdades fundamentais; a resolução de conflitos, mediante ações de *peace-making* e *peacebuilding*; a reconstrução no período pós-conflito; a coordenação de esforços continentais para o combate ao terrorismo; e o desenvolvimento de uma política de defesa comum para a África (ESCOTEGUY, 2011, p. 51).

Por exemplo, conforme Escoteguy (2011, p. 157), a cooperação militar do Brasil com países africanos inclui o oferecimento de vagas em escolas preparatórias de oficiais e suboficiais militares africanos, a exemplo de Angola. Embora não seja ainda enfatizada a formação específica para operações de manutenção de paz, existe a expectativa de que a experiência recente de militares brasileiros, enseje novas formas de cooperação, com o envio de instrutores brasileiros para centros de formação na África.

Desta forma, podemos analisar que, a questão militar no decorrer do governo de José Eduardo dos Santos, foi pauta, principalmente, no período da guerra civil com confrontos internos e políticos entre os dois maiores partidos de Angola. Já que, num período após essa guerra, o governo procurou estabelecer uma noção maior de segurança nacional, envolvendo todo o território angolano. Obviamente, essa atuação de defesa militar nacional, não foi construída sozinha e sem ajuda internacional, sendo essa a reflexão que precisamos fazer nesse trabalho, relacionada com o papel que a política externa angolana adotou e tem adotado no quesito de segurança militar. E até que ponto tem se dado essas negociações diplomáticas, no sentido de percebermos o que o estado Angolano oferece para receber apoios para a sua militarização.

Assim sendo, para Santos (2010, p. 17), um novo impulso foi dado na área da Segurança, com a realização da IX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em Setembro de 2006, na cidade da Praia, em Cabo Verde, na qual os Ministros aprovaram o Protocolo de Cooperação

no Domínio da Defesa¹⁰. Este Protocolo define princípios gerais de cooperação entre os Estados-Membros da CPLP visando a promoção e a facilitação da cooperação no domínio da Defesa; a criação de uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar; a promoção de uma política comum de cooperação no âmbito da Defesa Militar e o fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP. Nesse caso, vale salientar que, como é descrito em um dos artigos desse protocolo, especificamente no segundo:

1. O objetivo global do presente Protocolo é promover e facilitar a cooperação entre os Estados Membros no domínio da defesa, através da sistematização e clarificação das ações a empreender.
2. Objetivos específicos: a) criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar; b) promover uma política comum de cooperação nas esferas da defesa e militar; c) contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das forças armadas dos países da CPLP. (p. 3)

Com base no que se encontra no segundo artigo desse protocolo, podemos perceber que ao nível da política externa angolana, existe este acordo diplomático, que inclusive, foi realizado na governação do José Eduardo dos Santos. Tratando-se, desta forma, de um acordo efetivo, no campo da segurança militar, que fora adotado, diplomaticamente, com uma organização internacional.

É importante também destacar que, na sua globalidade, de acordo com Luz e Matias (2013, p. 84) os equipamentos disponíveis aos militares angolanos provêm dessa enorme economia de guerra que era a União soviética (este material, havendo em larga abundância dos stocks da guerra fria é relativamente pouco dispendioso) sem arriscar números exatos, dada a disparidade das fontes e a impossibilidade de asseverar do seu estado de manutenção, mas antes um valor numérico arredondado.

Ainda segundo Luz e Matias (2013, p. 85), já as unidades de artilharia contam com cerca de pouco menos de um milhar de peças: o d30 de 122 mm com um alcance máximo de 15/21 km (consoante a munição usada) e o m46 de 130 mm são as peças com maior alcance mas com baixo ciclo de fogo por minuto, o que minimiza o seu apoio às forças de infantaria. Desse jeito, a componente marítima das FAA é de longe a menos preparada, sobretudo tendo em conta que a sua linha costeira soma uns 1.600 km. A marinha de guerra de Angola parece estar muito mal preparada para controlar quer a sua costa quer a sua Zona Económica Exclusiva. Sem esquecer que, a Força Aérea nacional de Angola (FANA) – que conta com cerca de 3.500 militares

¹⁰Art. 1º Fica promulgado o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, firmado na Cidade de Praia, em 15 de setembro de 2006 (Decreto nº 8.488, de 10 de Julho de 2015).

estruturados operacionalmente em seis regimentos – é talvez a que maior capacidade de dissuasão e defesa oferece ao Estado Angolano.

No entanto numa análise mais aprofundada notar-se-ia que o potencial de combate do país fica limitado pelo facto de não haver indústria militar autóctone, nem o necessário investimento no desenvolvimento tecnológico que suporte uma boa alocação dos recursos disponíveis, assim como, de momento, a inexistência de uma estrutura de manutenção adequada à quantidade e diversidade de equipamentos disponíveis.

Parece-nos que Angola muito beneficiária do estabelecimento de parcerias internacionais (especialmente no âmbito da CPLP, cuja experiência técnica e proximidade cultural pode ser assaz relevante), trazendo para o seu território a capacidade internacional na área da investigação, manutenção e desenvolvimento dos seus equipamentos e estruturas, ao invés da contratualização de tais serviços fora de fronteiras, cuja principal consequência é a ausência de absorção do conhecimento (LUZ e MATIAS, 2013, p. 85).

Na medida em que, também precisamos levar em consideração, a existência de um potencial problema com as distribuições salariais entre os militares, no decorrer da governação de José Eduardo dos Santos, que nos permite perceber uma deturpação de informações por parte das forças militares angolanas. Não obstante,

Angola estar incluída em diversas organizações regionais e pan-Africanas, as FAA não estão – deliberadamente – integradas nas forças de imposição/manutenção de paz – excetuando-se um acordo bilateral que determinou a criação da MISSANG colocando, por exemplo, tropas angolanas na Guiné-Bissau. As FAA estão ainda muito consumidas pelos esforços dentro das suas fronteiras no “retorno à calma” permitido pelos acordos de paz: participam no enorme e dispendioso trabalho de desminagem do território angolano, aonde a integração dos ex-elementos da UNITA parece ter grande relevância pelo seu conhecimento dos campos por eles utilizados. Programas esses essenciais não só à segurança básica das populações mas também ao desenvolvimento habitacional, exploração agrícola e turística e exploração das vias de comunicação; implementam e gerem programas de saúde (anti-VIH/SIDA); procedem a programas de alfabetização e consciencialização social e cívica da população (tanto dos militares como dos civis); e promovem formação académica desde a mais elementar à pós-graduada (de onde a CPLP beneficia da progressão da língua Portuguesa) sobretudo nas áreas mais desfavorecidas do país (LUZ e MATIAS, 2013, p. 85).

Certamente, durante a governação de José Eduardo dos Santos e mesmo até os dias atuais, uma das diversas reflexões que podem ser colocadas é a seguinte: até que ponto Angola tem sido explorada no campo militar pelas grandes potências mundiais? Isto porque, mesmo que o país receba inúmeros armamentos na parte aérea, marítima e terrestre, quando formos pesar os níveis de benefícios que Angola, eventualmente, recebe, em relação a esses países, será que o estado angolano consegue ter um grande poder de negociação? E o estado democrático?

Na perspectiva de José Eduardo dos Santos, numa passagem do seu discurso sobre o Estado da Nação:

No horizonte desta legislatura e do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 a ideia central do Governo é 'Estabilidade, Crescimento e Emprego'. Sem estabilidade económica, política, social e institucional, não haverá crescimento económico sustentado e sem este não aumentará o emprego nem a riqueza e os rendimentos dos cidadãos e das famílias. Na promoção e consolidação da paz, da reconciliação nacional e da democracia, que são os fundamentos da estabilidade política, é indispensável a participação de todos, independentemente das suas origens, ideias e convicções políticas e crenças religiosas. Só assim contribuiremos para o progresso e reforço das instituições e da democracia participativa. (VOA, 2013).

Dado que, precisamos levar em consideração o fato de não existirem "parcerias inocentes" entre os diferentes tipos de governantes, políticos e estados, pois, todas as negociações e cooperações diplomáticas são conectadas com lógicas de trocas, interesses e intercâmbios. Sendo, de suma importância, que diante do contexto da política externa, esse fator seja preponderante quando a questão é a segurança e defesa militar de um país. Lembrando que, na sua governação, José Eduardo dos Santos sempre procurou manter o seu poder e influência política, principalmente, na lógica interna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa angolana é passível de inúmeras análises conjunturais, principalmente durante a governação de José Eduardo dos Santos, a partir de 1979 até o ano de 2017, por intermédio de evidências sobre o sistema governamental e diplomático do antigo presidente angolano, em que tivemos que nos debruçar, particularmente, sobre as questões políticas no campo da segurança militar e defesa do Estado soberano angolano.

Esse artigo se baseou, por sua vez, nas teorias das Relações Internacionais, revisão da literatura e análises com o intuito de percebermos as trajetórias políticas, dentro da área das RI's e a condução da política externa do país num período em que, praticamente, tudo girava em torno da figura de José Eduardo dos Santos. Em conclusão, foi feito um trabalho no sentido de refletirmos sobre as atuações políticas no campo internacional, dada a importância que esses tipos de debates têm dentro da academia e também fora dela.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Feliciano Paulo. **Guerra em Angola: as heranças da luta de libertação e a guerra civil**. Dissertação para a obtenção do grau de mestrado em ciências militares - especialidade de cavalaria. 2013.
- AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.
- BEMBE, Miguel Domingos. A Política externa angolana: Doutrina e prática. **Mulemba**, 6 (11) | 2016.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política externa na África austral: guerra, construção do estado e ordem regional**. Porto Alegre: RS, 2017.
- DECRETO Nº 8.488, DE 10 DE JULHO DE 2015.
- ESCOTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A Política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992)**. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, 2013.
- GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e as suas transições**. Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra, 2009.
- GRAÇA, Pedro Borges. A área dos estudos estratégicos. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 39-57, jul./dez. 2013.
- JESUS ALVES, Carlos Alberto de. **Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo**. Tese de Doutorado em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, orientada pelo Doutor António Martins da Silva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.
- JOSÉ, Joveta. **Política Externa de Angola: 1992 aos dias atuais**. 33º Encontro Anual da ANPOCS GT 19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos sobre África e Caribe, 2008.
- JOVITA, João Baptista. **A Política externa de Angola e as estratégias atuais**. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2017.
- LUZ, João Mendonça da; MATIAS, João. **Forças armadas angolanas: natureza, contingentes e estruturas**. Janus: 2013.
- PAIN, Rodrigo de Souza. A Centralização política e o autoritarismo em Angola. **Histórica, Arquivo de Estado de São Paulo**, 2008.

PROTOCOLO, de cooperação da comunidade dos países de língua portuguesa no domínio da defesa, 2006.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RELATÓRIO DA HUMAN RIGHTS WATCH, Abuso aos direitos humanos aumenta. 1999.

ROCHA DE CARVALHO, Felipe; SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. A ascensão angolana: projeção de poder no Atlântico Sul. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, v.1, nº.1, 2019,

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Rev. bras. Polít. int.** 51 (1): 87-104 [2008].

VIDAL, Nuno de Fragoso. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 815-854, set.-dez. 2016.

VOA, Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida por sua excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, Na abertura da II Sessão legislativa da III legislatura da Assembleia nacional. <https://www.voaportugues.com/a/leia-na-integra-o-discurso-do-presidente-jose-eduardo-dos-santos/1771017.html>. Luanda, 15 de Outubro de 2013.